

**CEDI****Povos Indígenas no Brasil**Fonte: Caixa de Notícias (R. J.)Class.: 48Data: 29 de Maio de 1982

Pg.: \_\_\_\_\_

**Funai Leva Assistência  
a Indígenas de Carajás**

A Funai vai aplicar Cr\$ 1,7 bilhão, provavelmente já a partir do próximo mês, em um grande programa de assistência e desenvolvimento das comunidades indígenas localizadas ao longo da ferrovia Carajás—Ponta da Madeira, pela qual será escoada a produção mineral da Serra dos Carajás, no Para, até o litoral do Maranhão. Ao fazer o anúncio do programa, ontem, em Belém, o presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal não quis adiantar detalhes, dizendo que o documento está sendo concluído e poderá ser oficializado na próxima semana.

Ele informou, porém, que a Funai pretende dar todo o apoio às comunidades indígenas que sofrerão grandes impactos com o desenvolvimento dos projetos de mineração, reforestamento e agropecuários, previstos para implantação ao longo da ferrovia, que terá 870 quilômetros de extensão. O presidente da Funai não quis detalhar cada um dos sub-projetos previstos, mas disse que o apoio irá desde a construção de hospitais especialmente destinados ao atendimento dos índios até o desenvolvimento de atividades econômicas, beneficiando grupos como os gaviões, os surus, os xicrins, os guajás e os guajajaras.

O presidente da Funai anunciou também que o órgão não irá permitir que o fazendeiro Laudelino Hamemann ocupe terras dentro da reserva dos índios xicrins, no Pará, depois de junho. Nesse mês expira o prazo de um contrato extra-judicial que a Funai assinou com esse fazendeiro, permitindo-lhe manter 500 cabeças de gado pastando em área da reserva, onde foram derrubadas centenas de árvores até que os próprios índios embargaram os serviços. Leal explicou que a autorização foi dada "por razões humanitárias", porque o fazendeiro alegava que seu rebanho estava sendo atacado por febre aftosa e morreria se não pudesse ser alimentado. O presidente da Funai negou, porém, ter comprovado denúncia de que o fazendeiro estaria tentando seduzir os índios, oferecendo-lhes presentes para que aceitassem sua permanência na reserva.

Segundo o coronel Moreira Leal, não está prevista, por enquanto, uma data para a demarcação da reserva indígena caiapó, a segunda maior do País, com 2,6 milhões de hectares. Há oito anos que a reserva foi criada, mas não demarcada, e ao momento, a Funai está "tentando contornar problema de invasão de áreas indígenas através do diálogo, evitando confrontos. Por isso, "procura estabelecer diálogo com a parte envolvida e a parte envolvente antes de consolidar uma situação". No interior da reserva caiapó funciona o garimpo de ouro de Cumaru, que o presidente da Funai não considera inconveniente aos índios.